

**II Seminário de Pesquisa Interdisciplinar
Sustentabilidade e Gestão Estratégica
Universidade do Sul de Santa Catarina, SC, Brasil, 18, 19 e 20 de maio de 2010**

**INSTITUCIONALIDADE, EFICÁCIA E A QUESTÃO DA SUSTENTABILIDADE
AMBIENTAL NAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS: UM ESTUDO
COMPARADO DA UNIÃO AFRICANA, DA LIGA DOS ESTADOS ÁRABES, DA
ASEAN E DA OSCE^{1 2}**

Paulo Roberto Ferreira³

Resumo:

O presente trabalho tem como objetivo comparar quatro Organizações Internacionais com ênfase no processo histórico e na coesão institucional de cada uma. Pretende-se com isso elaborar um texto em forma de ensaio para mostrar como as Organizações Internacionais mais eficazes possuem um processo institucional mais complexo, não tão vago. Fato que favorece na assimilação de problemas como o desenvolvimento sustentável de suas regiões.

Palavras Chaves: Organizações Internacionais; Institucionalidade; Questões Ambientais

1. Introdução

O advento das Organizações Internacionais (OIs) pertence à primeira metade do século XX, tendo como ponto de partida a criação da Liga das Nações e se firmando definitivamente com a configuração da Organização das Nações Unidas- ONU. O debate sobre a importância e eficácia das Organizações Internacionais acontece concomitantemente a esse advento, logo após a Primeira Guerra Mundial.

Da ascensão ao fracasso da Liga das Nações até o presente século XXI, caracterizado pela presença de instituições internacionais com várias finalidades, o tema ganhou cada vez mais proeminência nos estudos das Relações Internacionais. Uma das questões mais relevantes para mensurar a importância de uma OI é o papel da sua formação institucional. Parte-se do princípio de que é nesse aspecto que está fundamentado os anseios e interesses dos Estados-membros e, sobretudo, a legitimidade da instituição. A legitimidade de uma OI está relacionada à aceitação das suas decisões por parte dos Estados-membros, da implantação dessas decisões e como corolário a sua coesão e importância.

¹ Trabalho apresentado ao GT3 “Relações Internacionais” do II Seminário de Pesquisa Interdisciplinar – Florianópolis, 18,19 e 20 de maio de 2010.

² Este trabalho tem como origem uma pesquisa com bolsa do Artigo 170 da Constituição do Estado de Santa Catarina, a partir do Programa Unisul de Iniciação Científica – PUIC em 2006. Esta pesquisa buscou realizar uma caracterização geral das Organizações Internacionais aqui apresentadas e comparativamente analisadas.

³ Bacharel em Relações Internacionais - Unisul

**II Seminário de Pesquisa Interdisciplinar
Sustentabilidade e Gestão Estratégica
Universidade do Sul de Santa Catarina, SC, Brasil, 18, 19 e 20 de maio de 2010**

Concomitantemente ao advento das Organizações Internacionais está o advento de uma enorme gama de temas à disciplina de Relações Internacionais. Dentre esses temas está o do desenvolvimento sustentável, vinculado às preocupações com o meio ambiente.

Destarte, elaborou-se a seguinte pergunta como ponto de partida para esta pesquisa: Como a forma institucional da União Africana, da Liga dos Árabes, da ASEAN e da OSCE pode influenciar na eficácia e no alcance de suas decisões? Ao abordar o tema da sustentabilidade e do meio ambiente buscou-se mostrar como a coesão institucional das Organizações Internacionais favorecerá a tomada de decisões em questões como segurança energética, desenvolvimento sustentável e cuidados com o meio ambiente, decisões estas que são cada vez mais urgentes, competindo com as questões de segurança armada, que em décadas eram as únicas preocupações no debate sobre o poder dos Estados.

O objetivo geral da pesquisa é discutir comparativamente quatro Organizações Internacionais, enfocando os aspectos relacionados às suas institucionalidades e os resultados em termos de coesão entre seus membros, abordando por último quais Organizações Internacionais estão mais avançadas nos debates e ações sobre desenvolvimento sustentável.

Os objetivos específicos são caracterizar cada OI a partir de uma exposição geral de sua história, dos principais objetivos, das características jurídicas, políticas, da sua inserção regional e internacional, e a evolução de suas características institucionais; analisar de forma comparada a institucionalidade das Quatro OIs objeto de estudo e; destacar as características institucionais que possam representar possibilidades e limites para o alcance de resultados em termos de coesão entre os Estados-membros.

O universo pesquisado abrangeu as quatro Organizações Internacionais citadas. O limite espacial de análise englobou as áreas de atuação das OIs. O limite temporal foi estabelecido de acordo com a fundação de cada OI e os antecedentes históricos pertinentes à configuração de cada instituição. Os temas estudados foram aqueles de maior importância para o alcance dos objetivos específicos. Os dados foram coletados a partir de referencial bibliográfico e documentário, com ênfase nos aspectos institucionais de cada OI.

**II Seminário de Pesquisa Interdisciplinar
Sustentabilidade e Gestão Estratégica
Universidade do Sul de Santa Catarina, SC, Brasil, 18, 19 e 20 de maio de 2010**

2. As Organizações Internacionais: formação, aspecto institucional e questões de sustentabilidade

2.1 União Africana

No dia 02 de março de 2001 reuniram-se na 5ª Cimeira Extraordinária da Organização da Unidade Africana (OUA) em Sirte no Líbano 40 Chefes de Estados para proclamarem o surgimento da UA. No dia 25 de maio do mesmo ano a Lei constitutiva da UA entrou em vigor. No dia 10 de julho ainda no mesmo ano é divulgado que 50 Estados africanos já haviam ratificado a Ata Constitutiva da União Africana. Foi assim que em Durban na África do Sul no dia 11 de julho de 2002 com a presença de 53 signatários foi fundada a União Africana, substituindo a OUA. A OUA foi criada no ano de 1963, dia 25 de maio na cidade de Adis – Beba em uma conferência com 30 Estados Africanos. A sua Carta constitutiva foi assinada por 32 nações. O processo de cooperação no geral entre os Estados Africanos era recente para época e a OUA surgiu como supracitado, em um período de independência e busca pelo desenvolvimento destes Estados. Tarefa esta desafiadora para a jovem Organização, a região sofria com a nada atraente posição geográfica, racismo gerado por diferenças étnicas, diversidades de regimes políticos e conflitos internos. Formalmente foi para resolver estes problemas que a OUA foi fundada, pra garantir a independência, desenvolver a economia e resolver conflitos na região, para então promover a cooperação.

Já em 1979 viu-se esta necessidade de modificar a carta da OUA para atender as mudanças e os desafios que ocorriam no mundo. Desde esse período era nítido que a OUA precisava ser reformada para suportar os empecilhos políticos, econômicos e étnicos no continente. A Carta representava um cenário dos anos recentes pós Segunda Guerra, onde parte do território africano era composto por colônias. Estabelecida a independência territorial, a OUA deveria dar ênfase a novos desafios que haviam surgidos, como integração econômica, construir uma democracia sólida no âmbito interno de seus membros e combater a corrupção. Problemas como as guerras civis, disputas étnicas e de direitos humanos deveriam ser mais bem analisados.

Em 1990 os Chefes de Estado se reuniram para colocarem em pauta a discussão para a criação da futura UA. A idéia foi aceita e o projeto para a configuração de uma nova organização foi posto em prática. A UA foi baseada nas estruturas da

**II Seminário de Pesquisa Interdisciplinar
Sustentabilidade e Gestão Estratégica
Universidade do Sul de Santa Catarina, SC, Brasil, 18, 19 e 20 de maio de 2010**

União Européia. No documento apresentado para a criação, buscava-se formar uma corte de justiça e um parlamento supranacional para a região. Eis o lema dos líderes africanos: “Uma África para os Africanos”, uma Organização Internacional vista como representante dos “Estados Unidos da África”.

Dentre os objetivos da Carta da UA estão o de unir os povos e países africanos respeitando a soberania interna de todos os Estados Membros. A UA propôs também como objetivo promover a integração política e socioeconômica do continente defendendo as questões de interesse da África e dos seus povos. Levando em conta o descaso internacional pela região, a Carta estabelece a busca por apoio internacional por meio da Carta das Nações Unidas e das Declarações dos Direitos do Homem. Em prol da estabilidade do continente, a UA tem por objetivo trabalhar para alcançar a paz, a segurança, a democracia, os direitos do homem e dos povos, o aumento da importância econômica no continente frente ao mercado internacional, a cooperação econômica e cultural entre os membros e a cooperação em todas as áreas de interesse que elevam a qualidade de vida do povo africano (art.3º).

Os princípios fundamentais que norteiam as atividades da UA são os de equidade quanto à soberania e interdependência dos membros e o respeito aos limites territoriais. A UA propicia a participação dos povos africanos nas suas atividades. Ela impõe uma política comum de defesa para a África e que as resoluções de conflitos sejam de forma pacífica entre os membros. É vedado o uso da força ou até mesmo a ameaça de usá-la entre os Estados Membros. Por uma decisão da Conferência a UA pode intervir em um Estado membro em casos, por exemplo, de crimes de guerra, genocídio, restauração de paz ou até mesmo quando um Estado Membro solicitar a sua intervenção. A UA prima pelos princípios democráticos, pelos direitos humanos e almeja a justiça social (art. 5º).

A estrutura organizacional da UA é composta pelos seguintes órgãos; a) A Conferência da União; b) O Conselho Executivo; c) O Parlamento Pan-Africano; d) O Tribunal de Justiça; e) A Comissão; f) Os Comitês Técnicos Especializados; h) O Conselho Econômico, Social e Cultural e ; i) As Instituições Financeiras (art.5º).

A Conferência é o órgão mais alto da UA e é composto pelos Chefes de Estados e de Governo dos Membros. Sua reunião acontece uma vez por ano em sessão

**II Seminário de Pesquisa Interdisciplinar
Sustentabilidade e Gestão Estratégica
Universidade do Sul de Santa Catarina, SC, Brasil, 18, 19 e 20 de maio de 2010**

ordinária ou em sessão extraordinária caso um Estado membro solicite e os demais aprovem por maioria de dois terços. O cargo de presidente da Conferência é exercido por um ano e pode ser um chefe de Estado ou de Governo mediante a consulta e aprovação dos demais Estados Membros (art.6º). Na tomada de decisões a Conferência pode caso não haja consenso tomar decisões por maioria de dois terços, com exceção das questões processuais que são tomadas por maioria simples. O *quorum* é de dois terços dos membros (art.7º). A Conferência tem o poder de estabelecer as políticas comuns da UA, criar órgãos, adotar o Orçamento, nomear ou demitir os Juizes do Tribunal de Justiça e indicar o presidente da Comissão. Tem também a função de analisar os relatórios dos órgãos da UA e avaliar os pedidos de adesão à UA (art. 9).

Quem compõe o Conselho Executivo são os Ministros dos negócios Estrangeiros, e constituem-se em assembléia no mínimo duas vezes ao ano em sessão ordinária ou extraordinariamente a pedido de qualquer membro mediante a aprovação de dois terços dos demais. (art. 10). As decisões do Conselho Executivo são tomadas da mesma maneira que as decisões da Conferência. Dentre as funções do Conselho estão a de tomar decisões nas áreas de comércio exterior, energia industrial, recursos minerais, infra-estrutura, saúde, educação, ciência, tecnologia e em outras áreas de interesse comuns para os membros. O Conselho é designado a analisar as questões submetidas à Conferência e tem a função de supervisionar as políticas formuladas pela Conferência (art.13).

De acordo com o artigo 14 os Comitês Técnicos Especializados responsáveis perante o Conselho são; a) Comitê de Economia Rural e questões agrícolas; b) Comitê de questões de Moeda e Finanças; c) Comitê de Comércio, Alfândegas e questões de Imigração; d) Comitê de Indústria, Ciência e Tecnologia, Energia, Recursos Naturais e Meio Ambiente; e) Comitê de Transportes, Comunicações e Turismo; f) Comitê de Saúde, Trabalho e Assuntos Sociais; e g) Comitê de Educação, Cultura e Recursos Humanos.

A Conferência da União pode indicar sanções a qualquer a qualquer Estado Membros inadimplentes com o orçamento da UA, dentre as principais restrições estão a “privação do direito de usar da palavra em reuniões, de votar, de apresentar candidatos para qualquer posição ou posto na União ou de se beneficiar de qualquer atividade ou benefício daí resultante”.(art. 23, Ato Constitutivo da União Africana).

**II Seminário de Pesquisa Interdisciplinar
Sustentabilidade e Gestão Estratégica
Universidade do Sul de Santa Catarina, SC, Brasil, 18, 19 e 20 de maio de 2010**

A sede da União Africana permanece inalterada até hoje desde a sua fundação e estabelecida no art. 24, em Adis Abeba na Etiópia.

Essencial para a África a União Africana (ex-OUA) já tem sua imagem consolidada no continente devido a sua luta pelas independências e emancipações das colônias africanas. A UA (OUA) representa o primeiro fato importante para a igualdade e soberania da região ser reconhecida no plano internacional, representando um processo de liberdade e independência política na região. No entanto esta Organização Internacional ao longo de seus mais de quarenta anos não foi capaz de se colocar acima da instabilidade política, dos embates ideológicos e de envolver todos os países membros para desenvolver seus objetivos. É notória a ineficácia da Organização frente aos golpes de Estados nos países africanos desde sua fundação. Vale destacar as guerras civis na Somália, Serra Leoa, Libéria, República do Congo e a de Darfur no Sudão. No fator economia não há muita diferença, o continente é assolado por mazelas sociais como a fome e epidemias, a instabilidade na segurança e a dívida externa de centenas de bilhões de dólares que cresce em média 25 bilhões ao ano.

Aspirando sanar estes problemas ou diminuí-los a União Africana deseja criar um governo continental com uma total integração política e econômica entre os membros. De acordo com dirigentes da UA, somente agindo de forma coletiva é que a África pode resolver os problemas humanitários, políticos e econômicos, este seria o papel de um governo pan-africano. Este processo, de acordo com um estudo realizado pela UA, estaria dividido em três fases e se concluiria em 2015. Na primeira fase será feita uma escolha criteriosa de onde o governo deve agir, de como financiar o processo e os meios de divulgação. Na segunda fase elaborar-se-á um projeto para a Constituição dos Estados Unidos da África e para a criação de um Banco Central Africano. Na fase derradeira a Constituição entrará em vigor e haverá eleições regionais, nacionais e continentais para os cargos designados da UA.

Como se percebe, o corpo institucional da UA é parecido com o da União Européia. Mas as semelhanças não são mesmas quanto aos resultados. As decisões da UA não são internalizadas pelos Estados membros, pois não há supranacionalidade.

A África é um continente farto em recursos naturais. No que diz respeito ao tema da sustentabilidade e do meio ambiente, há O Plano Estratégico da União Africana.

**II Seminário de Pesquisa Interdisciplinar
Sustentabilidade e Gestão Estratégica
Universidade do Sul de Santa Catarina, SC, Brasil, 18, 19 e 20 de maio de 2010**

Nele estão contidos planos para dar mais velocidade à integração do continente. Dentre os Planos se destacam para o objetivo desta pesquisa O Programa Prioritário de Segurança e Suficiência Alimentar e O Programa Prioritário Água para Todos.

O Programa Prioritário de Segurança e Suficiência Alimentar tem como objetivo reduzir a insegurança alimentar e a pobreza rural, além de melhorar a agricultura produtiva na região. O Programa Prioritário Água para Todos tem como objetivo criar um consenso para se administrar a água do continente africano em benefício de todas as pessoas. Como parte deste objetivo há o de favorecer o compartilhamento das melhores técnicas de uso correto e sustentável da água. Para atingir os objetivos dos dois programas, são feitos desde 2005 eventos em toda a África, como workshops, para levantar fundos e estabelecer comitês para cada programa prioritário. Além disso, os órgãos da UA são envolvidos na concretização das atividades, como o Conselho de Paz e Segurança e o Conselho Econômico, Social e Cultural.

2.2 Liga Árabe

Há 65 anos, no dia 22 de março de 1945 na cidade do Cairo sete Estados Árabes independentes – República da Síria, o Emirado da Transjordânia, O Reino do Iraque, o Reino da Arábia Saudita, a República Libanesa, o Reino do Egito e o Iamanato do Iêmen – assinaram um pacto que deu origem a Liga dos Estados Árabes. A Liga Árabe é uma das Organizações mais antigas do mundo, sendo fundada antes mesmo da ONU. Antes de sua criação, os países Árabes já buscavam se unir para diminuir as diferenças e garantir a soberania. Neste sentido destaca-se o Tratado de Fraternidade e Aliança Árabe de 26 de abril de 1936 entre a Arábia Saudita e o Iraque, tendo como objetivo “unificar a cultura islâmica e as organizações militares de seus respectivos países”. Oito anos depois no dia 25 de setembro de 1944 com a participação de vários Estados Árabes aconteceu a Conferência Pan-Árabe, onde foi firmado o protocolo de Alexandria que previa a criação da Liga Árabe.

Os sete membros originais eram os únicos Estados Árabes independentes. No cenário que antecedeu a Liga temos um mundo Árabe com marcas do recém término da 2ª Guerra Mundial onde a maioria dos países não era independente e a região sofria grande influência internacional. Com base nestes problemas, além de diferentes ideologias políticas na região, sobretudo devido ao fator religioso e

**II Seminário de Pesquisa Interdisciplinar
Sustentabilidade e Gestão Estratégica
Universidade do Sul de Santa Catarina, SC, Brasil, 18, 19 e 20 de maio de 2010**

cultural, viu-se buscar uma justificativa para uma “nação árabe” unida e solidária - a Liga dos Estados Árabes. Porém, veremos ao desenrolar da história que apesar da Liga colaborar para a independência dos países árabes e de criar um sutil sentimento de solidariedade, ela não foi e não é capaz sozinha de levar a causa árabe ao encontro de uma nação.

Não se pode discorrer sobre o histórico da Liga Árabe, portanto, sem antes citar o surgimento do Estado de Israel, de sua investida contra os países árabes e dos palestinos expulsos de suas terras. Pelo fato da Liga Árabe estar com apenas três anos de vida e não poder representar todos os países árabes, ela nada pode fazer contra o expansionismo sionista para a fundação de Israel. No entanto, a Liga provou seu propósito em prol do povo árabe quando se mostrou solidária à palestina, organizando depois de 1948 - ano da fundação de Israel - um boicote econômico contra este país. Mas, logo após três anos de Liga o conceito de nação já ficava distante já que cerca de 400.00 árabes palestinos foram expulsos de suas terras tornando-se refugiados na região. Todavia no intuito de não deixar que a situação na região se agravasse ainda mais, a Liga em repúdio ao desrespeito de Israel, aos acordos de cessar fogo e as resoluções da ONU, além das investidas militares em Himma (abril de 1941), Kubiya (outubro de 1953), Gaza (fevereiro de 1955), e a península de Sinai (outubro de 1956) que deixava cada vez mais árabes refugiados, organizou uma campanha de mobilização no Mundo Árabe para alertar contra o movimento expansionista-político israelense denominado de sionismo. Alerta este que envolveu principalmente a Síria, Líbano, Egito e Transjordania devido em destaque, além das ações militares, à seguinte frase escrita na fachada do parlamento de Israel; “Do Nilo ao Eufrates” (Liga dos Estados Árabes, 1975), mostrando um explícito desejo de envolver os territórios da Síria, Iraque e Egito. Com este ato de preocupação a Liga desenvolveu um dos seus objetivos principais que era de buscar a troca de informações e mobilização política entre os países árabes.

Como a intenção inicial da Liga era de abranger todo o mundo árabe, à medida que os países foram adquirindo suas independências estes se agregavam à Organização. Temos a entrada da Líbia em 1953, o Sudão em 1956, o Marrocos e Tunísia em 1958, o Kuwait em 1961, a Argélia em 1962, o Iêmen do Sul em 1968, Catar, Bahrein, Omã e a Federação dos Emirados Árabes, Mauritânia em 1973 e a

**II Seminário de Pesquisa Interdisciplinar
Sustentabilidade e Gestão Estratégica
Universidade do Sul de Santa Catarina, SC, Brasil, 18, 19 e 20 de maio de 2010**

Somália em 1974. Em quase trinta anos de existência, a Liga Árabe, no plano institucional, formava um ambiente representativo com cerca de 14 milhões de km. A Liga se mostrava uma Organização Internacional com um bom reconhecimento perante a ONU e a única com idéias reais para fazer oposição ao Estado de Israel.

A Liga dos Estados Árabes computava naquela época quase todo o mundo árabe, no total eram vinte países, no entanto não havia um clima de união entre os membros, já era nítida a diferença que certamente iriam acarretar problemas futuros. Um exemplo era no plano político, os regimes dos membros eram distintos, oito eram monárquicos e doze tinham como forma de governo uma república. Esta e outros tipos de divergências apresentaram reflexos na atuação da Liga Árabe internamente. Houve pactos entre os membros que não durava o bastante ou não se mostravam seguros de credibilidade. Pactos que depois de combinados logo se dissolviam. Entre estes pactos ressalta-se: o da Republica Árabe Unida com a Síria e o Egito feito em 5 de fevereiro de 1958 sendo dissolvido no mesmo ano; o acordo do Iêmen com a Republica Árabe Unida denominado de União Árabe em 18 de março de 1958; e o da Federação Árabe entre a Jordânia e o Iraque de 14 de fevereiro de 1958 sendo findado no mesmo ano após a morte do Rei do Iraque e tendo como conseqüência a proclamação da república neste país. Além dos problemas políticos internos que dificultava e ainda dificulta as ações da Liga o mesmo pode-se dizer do fator economia.

Em 1973 a Liga Árabe realizou seu maior feito no plano militar. Israel recusava cumprir as decisões da ONU que faziam menção aos conflitos entre árabes e israelenses. A Liga Árabe em uma atitude inesperada iniciou uma ofensiva contra Israel, fato que ficou conhecido como a Guerra do Ramadã e que marcava o uso da segurança coletiva da Liga para combater as tensões na região. A Guerra do Ramadã serviu para que Israel recuasse em seu objetivo de expandir suas influências no Oriente Médio e também na África do Sul. Devido a este ultimo aspecto a Liga Árabe e a antiga Organização da Unidade Africana (OUA) se mostraram solidárias e contra Israel adotando medidas de repúdio e realizando convenções juntas.

No âmbito econômico, a Liga Árabe fez para desenvolver a economia e dar deste modo mais qualidade de vida ao povo árabe, um Conselho econômico baseado em

**II Seminário de Pesquisa Interdisciplinar
Sustentabilidade e Gestão Estratégica
Universidade do Sul de Santa Catarina, SC, Brasil, 18, 19 e 20 de maio de 2010**

um Tratado de Defesa Comum e Cooperação Econômica, buscando segurança e trocas comerciais entre os membros.

Após a Criação da Liga Árabe houve três tratados que se anexaram ao pacto constitutivo realizando deste modo uma reforma na Liga Árabe tendo como base uma adaptação aos princípios básicos da ONU e uma mudança para se comportar melhor no cenário internacional. Esta reforma se deu em 1981 tendo sido denominada de Tratado de Reforma. A Carta da Liga dividiu-se em quatro textos: o primeiro se refere aos princípios e objetivos em um novo modelo de Organização e nos três seguintes constam protocolos anexos referentes à defesa comum e a solução de conflitos entre árabes – sendo mediado pelo Tribunal Árabe de Justiça.

O Egito foi o primeiro país a ser expulso da Liga Árabe. Isso após ter relações políticas com os EUA e assinar um acordo de paz com Israel, mas voltou a Liga em 1989. Na época as instalações da Liga se deslocaram para a cidade de Tune na Tunísia. A Liga teve que suportar as tensões da Guerra do Golfo mobilizando seus quartéis militares na região, e estes retornaram a Cairo em 1991. Na 104ª Conferência Ministerial de 21 de setembro de 1995 a Liga Árabe não conseguiu achar uma alternativa pacífica para os conflitos entre os países árabes e principalmente no caso do Iraque e sua invasão ao Kuwait em 1991. Temos ainda os vários ataques ao longo da história de Israel contra a Palestina e no Líbano em uma eterna luta contra grupos considerados terroristas que não aceitam e se recusam a reconhecer Israel como um Estado. A Liga Árabe desaprovou o ataque dos EUA ao Iraque em 2003 e tentou fazer o possível para buscar um diálogo com os EUA. No entanto, em mais um caso de desunião entre os membros da Liga, o Kuwait o Qatar e Bahrain ofereceram instalações para tropas americanas favorecendo deste modo a invasão. Atualmente o conflito Israel – Palestina domina os principais centros de discussões, principalmente a questão do aumento dos assentamentos judaicos na Cisjordânia.

Os membros originais da Liga Árabe são Síria, Jordânia, Iraque, Arábia Saudita, Líbano, Egito e Iêmen. O Pacto diz no artigo 1º menção quanto a adesão de Estados à Liga, “Qualquer Estado Árabe independente tem o direito de aderir à Liga.”(Liga dos Estados Árabes 1975). Este era um dos objetivos principais da Liga, formar uma organização com todos os países árabes independentes. Portanto basta ser soberano e não importa o regime político adotado pelo país, como diz o artigo 8º;

**II Seminário de Pesquisa Interdisciplinar
Sustentabilidade e Gestão Estratégica
Universidade do Sul de Santa Catarina, SC, Brasil, 18, 19 e 20 de maio de 2010**

“Cada Estado membro da Liga deverá respeitar a forma de governo adotada em outros Estados da Liga”. No artigo 5º a Liga deixa bem claro que o uso da força para resolver divergências é quase nulo; “Não será permitido o uso da força para a solução de disputas entre dois ou mais Estados-membros” (Liga dos Estados Árabes 1975) e “O Conselho mediará numa disputa que possa à guerra entre dois Estados-membros ou entre um Estado-membro e outro Estado, a fim de conciliá-los.”. O Conselho da Liga só agirá para decidir um conflito quando este não envolva questões como soberania e integridade territorial e somente quando as duas partes se dirigirem ao conselho . No artigo 9º a Liga deixa a escolha de seus membros se estes desejam realizar acordos entre si não a envolvendo. Quanto a exclusão de um membro pode haver, sendo que quando um membro desejar se desligar da Liga terá que primeiro apresentar sua intenção ao Conselho um ano antes, ou quando o Conselho considerar excluído por unanimidade um membro que não cumpriu as leis do pacto (artigo 18º).

O Secretario Geral da Liga é nomeado por dois terços dos votos dos membros. Sua função é administrativa, tendo outros órgãos dentro da Liga que se voltam para questões como políticas, econômicas, sociais, culturais, legais entre outras.

A Liga Árabe é dividida entre os seguintes órgãos;

O *Conselho de Ministros* é composto por representantes dos Estados membros. Este é o principal órgão da Liga. Suas reuniões se dão com a presença dos Ministros de Relações Exteriores, estes possuem poder igual de voto e a conferência é realizada duas vezes por ano – março e setembro. As decisões são tomadas de acordo com o artigo 7º do Pacto, onde estas sendo unânimes valem para todos os membros e quando as decisões são tomadas por maioria restritas a aqueles que aceitarem. A função deste órgão é de realizar os objetivos da Liga e de garantir ao máximo que os objetivos dos membros sejam alcançados nas convenções. O órgão é responsável também por assegurar a paz, a segurança, trata das questões econômicas, sociais e da colaboração com outras Organizações Internacionais que dividir objetivos mútuos. No que diz respeito à segurança dos membros o Conselho pode tomar qualquer que ameace a integridade e soberania destes. As sessões ordinárias do conselho são realizadas duas vezes em março e outubro e em sessões quando dois membros requererem de acordo com o artigo 11º. E em questões urgentes que envolvam diretamente algum Estado membro

**II Seminário de Pesquisa Interdisciplinar
Sustentabilidade e Gestão Estratégica
Universidade do Sul de Santa Catarina, SC, Brasil, 18, 19 e 20 de maio de 2010**

reúna-se o Conselho Político de Consenso representado pelos ministros de assuntos exteriores e seus delegados. (VELASCO, 1999).

A Secretaria Geral Permanente é um órgão com grande relevância na Liga Árabe, ele é composto por um secretário geral, por secretários adjuntos e por demais funcionários necessários. O Secretário Geral é nomeado por maioria de dois terços dos Estados membros e é aquele que nomeia os secretários adjuntos e demais funcionários. O secretariado é um órgão com sede no Cairo e sua função é de executar as decisões tomadas nas Comissões do Conselho e nas Comissões Políticas. (VELASCO, 1999).

As *Comissões* são grupos de órgãos sobre temas econômicos, financeiros, culturais, jurídicos, sociais, saneamento, informação, petróleo, e de direitos do homem. Estas comissões são criadas de acordo com o artigo 4º levando em consideração as categorias do artigo 2º (VELASCO, 1999). “Estas comissões terão a incumbência de estabelecer as bases e as metas de cooperação na forma de projetos de acordos, que serão submetidos aos Estados a que se referem” (artigo 4º).

O Pacto de Defesa Coletiva e de Cooperação Econômica em 17 de julho criou o *Conselho de Defesa Comum* composto pelos Ministros de Assuntos Exteriores e de Defesa do Estados membros. São acompanhados por um Comitê Militar permanente representado pelos estados dos países membros, tendo como principal missão “preparar os planos de defesa comum” de acordo com o artigo 5º. Este conselho foi criado na Conferência de 1950 onde se criou também o Conselho Econômico e Social. Este conselho é representado pelos Ministros de Economia com o objetivo de desenvolver a mesma, facilitar a exportação e importações e explorar os recursos naturais dos Estados que aceitarem. (VELASCO, 1999).

Não está previsto no Pacto da Liga, mas a Cúpula dos Chefes de Estados Árabes a partir das reuniões no Cairo em 17 de janeiro de 1964 criou organizações significativas para o funcionamento da Liga Árabe. São três; 1- *O Comitê de Controle* é incumbido fazer um relatório mensal sobre as resoluções da Conferência de Chefes de Estados Árabes, adotar resoluções em caso de urgência e convocar sessões extraordinárias; 2- *A Organização das Águas do Jordão* combate as pretensões israelenses de desviar as águas do Rio Jordão e é composta por representantes do Egito, Jordânia, Líbano e Síria.; e o 3º denomina-se “*Mundo*

**II Seminário de Pesquisa Interdisciplinar
Sustentabilidade e Gestão Estratégica
Universidade do Sul de Santa Catarina, SC, Brasil, 18, 19 e 20 de maio de 2010**

Unificado” que se anexa aos órgãos criados pelo Pacto e Defesa Coletiva em 17 de julho de 1950; (VELASCO, 1999).

Como se pode notar a Liga Árabe, seus objetivos e causas, estão fortemente vinculados ao clima instável do oriente médio. Questões sobre a sustentabilidade ou preocupações ambientais estão em segundo plano para a Liga. No entanto há preocupação sobre as mudanças climáticas e o risco da falta de recursos naturais para o mundo árabe. Em 2009, em um evento em Cairo para o lançamento do relatório do Fundo Populacional da ONU, representantes da ONU e da Liga Árabe afirmaram que as mudanças climáticas podem aumentar de forma drástica a escassez de água na região árabe. Atualmente a Liga Árabe estima de 15% da população árabe tem acesso limitado à água potável.

2.3 ASEAN

As experiências de cooperação regional no sudeste asiático se deram no início da década de sessenta com a Associação do Sudeste da Ásia (ASA), em 1961 e a Maphilindo, em 1963. Os objetivos expressos eram de aproximação econômica e cultural, mas implicitamente estavam refletindo as tensões existentes com a Guerra Fria. Não lograram êxito enquanto formadoras de uma unidade entre seus membros e foram abandonadas rapidamente. No entanto, com a mesma preocupação de garantir um clima de segurança regional, notadamente de frear as ambições comunistas na área, foi realizada uma reunião de Ministros de Relações Exteriores. Desta reunião surge a Declaração de Bangkok, cidade onde foi assinada, dando por iniciada a formatação da Associação das Nações do Sudeste Asiático, que hoje possui 10 (dez) membros e tem sua sede em Jacarta, na Indonésia..

A Declaração de Bangkok chama atenção pela sua forma, pois não é um Tratado assinado por Chefes de Estado e de Governo, mas também pela sua objetividade. São apenas cinco pontos que estabelecem a criação da Associação, seus objetivos e sua estrutura institucional. Os sete objetivos da ASEAN podem ser resumidos em três pontos:

- a) promover o crescimento acelerado, o desenvolvimento cultural e o progresso social da região;
- b) promover a paz e a estabilidade na região, respeitando as leis e a justiça nas relações entre os países da região em consonância com a Carta da ONU;

**II Seminário de Pesquisa Interdisciplinar
Sustentabilidade e Gestão Estratégica
Universidade do Sul de Santa Catarina, SC, Brasil, 18, 19 e 20 de maio de 2010**

c) promover a cooperação em diversas áreas, desenvolvendo estudos e a cooperação com outras organizações internacionais;

Para cumprir com estes objetivos foi criada uma estrutura institucional que, com o passar do tempo, ficou definida em órgãos políticos decisórios, órgãos assessores e órgãos administrativos. (Diez de Velasco, 1999)

Estrutura Política:

- a) Cúpula de Chefes de Estado;
- b) Reunião de Ministros de Assuntos Exteriores;
- c) Reunião de Ministros de Assuntos Econômicos;
- d) Reunião de Ministros de Assuntos específicos

Estrutura de Assessoria: Comissões, Comitês e Grupos ad hoc

Estrutura Administrativa: Secretaria Geral

Os órgãos referentes à política decisória são quatro. O primeiro representa a Cúpula dos Chefes de Estados e de do Governo da ASEAN, órgão de autoridade máxima da organização, estabelecendo direitos e orientações, se reúne a cada três anos ou por motivos emergenciais. O segundo é a reunião dos Ministros de Assuntos Exteriores que são responsáveis pelos temas políticos da região, se reunindo anualmente acompanhados pelo Comitê Permanente. No terceiro acontece a reunião dos Ministros de Assuntos Econômicos, duas vezes ao ano, criado em 1967 dando aos Ministros a responsabilidade de desenvolver a cooperação econômica. O quarto e último órgão de políticas decisórias da ASEAN diz respeito aos assuntos específicos, também com reuniões de Ministros, que trata de temas como saúde, tecnologia, ciência, meio ambiente, justiça e relações com comunidades européias.

Os órgãos assessores, também criados na Declaração de Bangkok de 1967, têm como objetivo assistir aos órgãos políticos nas suas decisões. Estes órgãos foram remodelados em 1977 em função da percepção de que precisavam evitar a ineficácia, passando a formar um conjunto de Comitês, subcomitês e grupos *ad hoc*. Para órgão administrativo foi criada, em 1976, a Secretaria da ASEAN, em substituição às Secretarias nacionais criadas em Bangkok.

**II Seminário de Pesquisa Interdisciplinar
Sustentabilidade e Gestão Estratégica
Universidade do Sul de Santa Catarina, SC, Brasil, 18, 19 e 20 de maio de 2010**

Com funções executivas, a criação desta Secretaria dez anos após a criação da ASEAN mostra o caráter informal e gradualista das origens da organização e de suas instituições. O primeiro Tratado entre seus Estados membros também data de 1976, e trata justamente da cooperação, amizade e segurança da região, agora em transformação em função das mudanças no cenário internacional e regional.

Se o caráter gradualista de formação da estrutura institucional da ASEAN chama atenção, o seu processo decisório é igualmente importante. As decisões são tomadas a partir de reuniões de consulta que negociam exaustivamente convênios entre os Estados partes e que, uma vez adotados, tornam-se obrigatórios para todos. Se por um lado este processo torna lenta a tomada de decisão, a legitimidade e os resultados tendem a ser muito mais significativos.

Com o fim da Guerra Fria a ASEAN começa a desabrochar para o aprofundamento da cooperação. Em 1992 seus Estados membros assinaram um Acordo para criação de uma área de livre comércio, colocando a organização num foco marcadamente econômico, em detrimento do histórico perfil da busca por estabilidade e segurança regional. Em que pese o decidido neste ano, a concretização dos objetivos de integração ainda está muito longe, principalmente se comparados com os resultados obtidos com a coordenação entre seus membros em questões de estabilidade e segurança (Menezes; Penna Filho, 2006).

A força institucional da ASEAN é tida como fundamental para a criação, a partir dela, de outros processos de institucionalização na região, como o Fórum Regional ASEAN (ARF), o Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC) e a ASEAN + 3 (China, Japão e Coreia do Sul). (Oliveira, 2002)

No que diz respeito aos temas que abrangem a questão da sustentabilidade, a ASEAN possui um Ministério sobre a questão energética (AMEM – sigla em inglês), um Ministério sobre a agricultura e a silvicultura (AMAF – sigla em inglês), um Ministério sobre o Meio Ambiente (AMME – sigla em inglês) e um Ministério sobre o desenvolvimento de zonas rurais e erradicação da pobreza (AMRDPE – sigla em inglês). Esses ministérios funcionam em forma de conferências.

O AMEM tem como objetivo promover a cooperação para o desenvolvimento de áreas de exploração de recursos energéticos. Outro grande objetivo dos Ministros é o de garantir a segurança energética da região. Mas destaca-se principalmente o

**II Seminário de Pesquisa Interdisciplinar
Sustentabilidade e Gestão Estratégica
Universidade do Sul de Santa Catarina, SC, Brasil, 18, 19 e 20 de maio de 2010**

papel do AMEM em fortalecer as parcerias estratégicas com a China e o Japão para ampliar os estudos sobre o mercado de recursos energéticos e no estoque e petróleo e energias renováveis.

O objetivo do AMAF é o de propiciar a cooperação dos membros da ASEAN na área de alimentos, tornando-os competitivos no mercado externo, e garantir a segurança alimentar da região. É importante mencionar que um dos objetivos do Ministério é o de administrar e conservar os recursos naturais para garantir o desenvolvimento futuro.

O AMME foi criado em 1981 e sua última conferência foi em outubro de 2009. Esses encontros ministeriais sobre o meio ambiente são importantíssimos para a ASEAN. Segundo a Organização meio bilhão de pessoas, distribuída nos Estados membros, dependem de recursos primários para o sustento. E ainda segundo a ASEAN, o seu próprio sucesso depende do sucesso das condições climáticas e ambientais do planeta. Em vista disso varias ações forma tomadas a partir de 2002 para alerta o Mundo da importância das questões ambientais. Entre elas está a proposta de um monitoramento com relatórios conjuntos sobre a questão do desenvolvimento sustentável.

O AMRDPE é baseado na ideia da disparidade econômica da região da ASEAN. A desigualdade de renda não é só vista como um problema que traz péssimas conseqüências sociais, mas econômicas também. O objetivo do AMRDAPE é o de proteger crianças e mulheres que vivem afastadas dos centros urbanos e promover o bem estar social.

2.4 OSCE

A partir de 1973 se iniciou um processo político de negociação entre os principais atores Estatais da Europa e as potências da Guerra Fria acerca da segurança no continente, o que ficou conhecido como Processo de Helsinque. Foi nesta cidade onde se deu a conferência, em 1975, cuja Ata Final do encontro de chefes de Estado se tornou o marco de referência do processo longo e não institucionalizado de negociações para a manutenção da estabilidade e segurança na Europa.

A Ata Final de Helsinque fixava para 5 de junho de 1977 o dia para a primeira reunião, em Belgrado, com o objetivo de analisar as condições para a realização de uma nova Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa. Esta então se

**II Seminário de Pesquisa Interdisciplinar
Sustentabilidade e Gestão Estratégica
Universidade do Sul de Santa Catarina, SC, Brasil, 18, 19 e 20 de maio de 2010**

deu em 4 de outubro de 1977 e 9 de março de 1978. A Conferência de Belgrado iniciou com as manifestações contrárias entre os países ocidentais e do Leste a mostra. Ambos os blocos possuíam opiniões distintas do texto dos acordos de Helsinque. Mas a análise das aplicações da Ata Final, em Belgrado, deu a todos os Estados o poder de fazerem comentários sobre outros Estados em relação ao cumprimento das disposições da respectiva Ata Final. Porém, mesmo com estas finalidades de um diálogo amplo entre os Estados participantes, não houve novos acordos significativos.

A terceira Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa aconteceu em Madri durante o período de 11 de novembro de 1980 e 9 de setembro de 1983. Dando continuidade as divergências entre os dois blocos, a Conferência de Madri se realizava também ao mesmo tempo em que a invasão militar no Afeganistão pela União Soviética, que a crise dos euromisseis, que a violação dos direitos humanos em vários países do leste e junto com a repressão na Polônia. Estes fatos refletiram nos Estados e no andamento da Conferência, as ações tomadas e opiniões sofreram influências destes acontecimentos. As contradições e divergências entre os países do leste e ocidente eram um empecilho para a abertura dos trabalhos e do andamento da Conferência de Madri, somente devido a uma proposta de países neutros e da insistência da Áustria e da Suíça. Pode-se dizer então que a abertura dos trabalhos se deu graças a uma troca de favores entre os dois blocos, durante as quatro primeiras semanas foram analisadas as aplicações e o cumprimento da Ata Final de Helsinque somente, como era o desejo dos ocidentais, e nas demais semanas não houve menções sobre os problemas no Afeganistão e dos Direitos Humanos, como era o desejo dos socialistas.

As conclusões dos trabalhos da Conferência formaram um documento final com destaque para a menção ao direito dos trabalhadores criarem sindicatos e liberdade religiosa. Ficou estabelecido para Viena a próxima Conferência no dia 4 de novembro de 1986 a 15 de janeiro de 1989 e antes em 23 de setembro de 1986 a reunião preparatória. Datas estas que estavam de acordo com o documento final da Conferência de Madri.

A quarta Conferência sobre a Segurança e Cooperação na Europa – A Conferência de Viena – aconteceu em meio a um clima mais favorável do que a sua antecessora e desta vez o cenário internacional que envolvia os Estados participantes se portava

**II Seminário de Pesquisa Interdisciplinar
Sustentabilidade e Gestão Estratégica
Universidade do Sul de Santa Catarina, SC, Brasil, 18, 19 e 20 de maio de 2010**

mais maduro, influenciando positivamente. O final da década de 80 apresentava mudanças significativas, a Guerra Fria já havia se esvaecido e a URSS promovia através de Gorbachev a abertura política e econômica com planos denominados de “Perestroika” e “glasnost”.

Seguindo na mesma ordem, a Conferência de Viena se realizou com diálogos abertos e não mais um “diálogo dos surdos”, se voltando para o verdadeiro objetivo de Helsinque e estabeleceu uma maratona de reuniões e conferências sobre questões referentes a segurança na Europa durante os anos de 1989/1990.

Com a queda do muro de Berlim e a troca de poderes tradicionais por poderes democráticos encerrava-se na Europa um ciclo e iniciava-se outro. Repeliam-se as ditaduras e se bradava duas palavras; democracia pluralista. O Presidente da França, François Mitterrand, colocou Paris a disposição de uma cimeira dos países da CSCE. E mesmo apesar de uma já prevista Conferência em 1992, os ministros dos 35 Estados membros, em uma reunião em 5 de junho de 1990, aceitaram que se realiza-se uma reunião de alto nível (cimeira) em Paris e ficando a comissão preparatória em Viena para o dia 10 de Julho. Esta terminou seus trabalhos em 17 de novembro deixando tudo pronto para a realização da Cimeira de Paris em 1990.

A Cimeira se deu entre os dias 19 e 21 de novembro de 1990 em Paris como se havia proposto, tendo como participantes 34 Estados representados por Chefes de Estados.

A Cimeira adotou duas decisões; a aprovação do Tratado sobre as forças convencionais na Europa (19 de novembro de 1990) e a adoção da Carta de Paris.

A Carta de Paris se encaixou perfeitamente nos moldes do processo de segurança e cooperação na Europa, fazendo menção a assuntos como soberania, resoluções pacíficas de controvérsias, cooperação econômica, direitos fundamentais e democracia. Outras características foram também impostas, dando à CSCE um ar de OI, como por exemplo o estabelecimento de reuniões periódicas dos Chefes de Estados e de Governo e dos Ministros de Negócios Estrangeiros além da criação de instituições administrativas permanentes. A CSCE tornava-se, portanto a partir da Cimeira de Paris um organismo permanente.

A Europa na época da Cimeira passava por grandes mudanças políticas. O fato mais marcante foi o fim da URSS e o desmanche da Iugoslávia dando origem deste

**II Seminário de Pesquisa Interdisciplinar
Sustentabilidade e Gestão Estratégica
Universidade do Sul de Santa Catarina, SC, Brasil, 18, 19 e 20 de maio de 2010**

modo a Estados europeus e euro-asiáticos. Estes logo se tornaram membros da CSCE. Citando os novos Estados que aderiram à Conferência temos a Albânia em junho de 1991, os três Estados Balcânicos, Estônia, Letônia e Lituânia se tornaram membros da Conferência em setembro de 1991. Em janeiro de 1992, das doze nações que deixaram a URSS 10 foram admitidas; a Geórgia, a Eslovênia e a Croácia se tornaram membros em março de 1992 e em abril do mesmo ano a Bósnia – Herzegovina foi a última nação da época a aderir a Conferência. A CSCE totalizava 52 Estados e no início da Cimeira de Lisboa em dezembro de 1996 tinha 56 Estados membros.

Se a Cimeira de Paris esboçou os primeiros traços de OI para a CSCE, a Cimeira de Helsinque de 1992 finalizou o projeto juntamente com a Cimeira de Budapeste de 1994, transformando definitivamente a CSCE em uma Organização Internacional para a Segurança e Cooperação na Europa. Como o próprio nome expressa a Conferência tornou-se uma Organização, para deste modo exercer um papel mais ativo na busca pela paz e segurança na Europa. Para Ramelot (1995, pág 11) “as decisões adotadas na Cimeira de Helsinque, nas sessões do conselho de Estocolmo (14-15 de dezembro de 1993) e na Cimeira de Budapeste representam um processo progressivo de clarificação, de racionalização e de reforço das instituições da CSCE/OSCE”.

A Cimeira de Helsinque (9-10 de julho de 1992) criou um fórum para a cooperação e segurança e um Alto comissionado para as minorias étnicas da região e a colocou nos parâmetros do cap VIII da Carta das Nações Unidas. A OSCE ganhou a partir desta Cimeira um grande reconhecimento como um órgão de importância para a Europa.

Com todos os avanços de Helsinque, a Cimeira de Budapeste ficou responsável por concluir a transição da CSCE para a OSCE, e isto se deu oficialmente em 5 e 6 de dezembro de 1994, estava fundada a Organização de Segurança e Cooperação na Europa.

O Fórum de Cooperação e Segurança criado na Cimeira de Helsinque, preparou na Cimeira de Budapeste um código de conduta sobre os aspectos políticos e militares de segurança, que se refere ao terrorismo e a princípios com relação as forças armadas, militares e de segurança interna.

**II Seminário de Pesquisa Interdisciplinar
Sustentabilidade e Gestão Estratégica
Universidade do Sul de Santa Catarina, SC, Brasil, 18, 19 e 20 de maio de 2010**

Na Cimeira de Lisboa de 3 e 4 de dezembro de 1996 as 54 nações integrantes da OSCE discutiam assuntos relevantes referentes à segurança coletiva, diplomacia preventiva e soberania dos Estados, também o Pacto de Estabilidade na Europa e o “modelo de segurança” para o século XXI.

Em junho de 2002 foi realizada uma Reunião de Alto nível em Lisboa para a prevenção e o combate ao terrorismo.

A OSCE com seus 56 Estados membros é a maior organização de caráter regional do mundo, empregando mais de 5 mil pessoas e com 19 missões na sua região.

O processo decisório da OSCE é complexo, envolve uma série de mecanismos de consulta e negociações e é tomado por consenso, entendido pela organização como a inexistência de qualquer objeção a uma decisão por parte de nenhum dos Estados membros. Esta característica, bem como seu histórico de cooperação em questões de segurança na Europa, confere à OSCE um papel muito importante no cenário de segurança de todo o hemisfério norte do planeta, trazendo um clima constante de estabilidade e previsibilidade de resolução de conflitos. (VELASCO, 1999)

A OSCE reconhece a importância entre as questões ambientais e as questões de segurança, por isso ela se preocupa em ajudar os seus Estados membros em atividades de uso sustentável dos recursos naturais. Os projetos apoiados pela OSCE visam garantir o uso sustentável da água, resolver problemas de degradação do solo, entre outros, além de promover a participação pública nas decisões sobre os projetos.

A OSCE também participa da Organização de Segurança Ambiental (Environmental and Security – ENVSEC), uma iniciativa dela com mais cinco organizações internacionais, que promove a cooperação entre governos na área da preservação ambiental. Segundo a própria OSCE, ela também promove a conscientização do problema ambiental em escolas e grupos sociais dentro dos países membros.

3. Análise Comparada e Considerações Finais

A análise feita aqui será de forma geral, como base nos objetivos de cada Organização. A ASEAN e a OSCE têm obtido bons resultados em relação aos seus objetivos. As duas regiões são bem desenvolvidas e não possuem problemas de

**II Seminário de Pesquisa Interdisciplinar
Sustentabilidade e Gestão Estratégica
Universidade do Sul de Santa Catarina, SC, Brasil, 18, 19 e 20 de maio de 2010**

conflitos entre os membros ou ameaças bélicas externas. No caso da OSCE, ela cumpre seus objetivos de segurança. A própria questão dos problemas ambientais é vista como um problema de segurança, já havendo ações neste sentido, como foi citado. A ASEAN, devido a sua enorme população, também vê como essencial os problemas relacionais à segurança alimentar. O próprio projeto da área de livre comércio com os Tigres asiáticos já contém objetivos ambientais.

A União Africana e a Liga Árabe obtêm resultados modestos em relação aos seus objetivos. Destaca-se, em cada Organização, a dificuldade no alcance de coesão entre os Estados-membros.

Todas as OIs possuem em comum o tema da Segurança, mas o mesmo não pode-se dizer da questão ambiental. ASEAN e OSCE já possuem ações efetivas desde o século passado.

O processo de institucionalização da ASEAN e da OSCE ocorreu de forma processual, gradativa e com negociações envolvendo seus futuros, à época, Estados-membros. Diferentemente, a configuração da institucionalidade da Liga Árabe e da União Africana ocorreu de forma mais rápida.

A ASEAN e a OSCE possuem processos decisórios complexos, de ritmo lento e as decisões são tomadas por consenso. Os processos decisórios da Liga Árabe e da União Africana são menos complexos e as decisões podem ser por unanimidade ou por maioria. Esse é o principal empecilho para a tomada de decisões que envolvam questões ambientais.

Os resultados obtidos evidenciam que a ASEAN e a OSCE caminham para um alargamento e aprofundamento de suas instituições e objetivos, mostrando que suas estruturas institucionais produziram bons resultados em termos de coesão de seus membros e eficácia. Essas duas Organizações já enxergam os problemas ambientais como urgentes e não só no campo social, mas no da segurança também. Já as dificuldades de coesão dos membros e de consecução dos objetivos da Liga Árabe e da União Africana indicam dificuldades na capacidade das instituições dirigirem seus problemas endógenos, tornando-se passivas aos problemas de sustentabilidade, como a falta de água e a falta de alimentos.

**II Seminário de Pesquisa Interdisciplinar
Sustentabilidade e Gestão Estratégica
Universidade do Sul de Santa Catarina, SC, Brasil, 18, 19 e 20 de maio de 2010**

Referências

AFRICA UNION. **The Constitutive Act**. Disponível em http://www.africa-union.org/root/au/AboutAu/Constitutive_Act_en.htm. Acesso 06/05/2010

ASEAN. **ASEAN Ministers on Energy Meeting (AMEM)**. Disponível em <http://www.aseansec.org/19586.htm>. Acesso em 04/05/2010.

_____. **ASEAN Ministerial Meeting on Environment (AMME)**. Disponível em <http://www.aseansec.org/19601.htm>. Acesso em 04/05/2010.

_____. **ASEAN Ministers Meeting on Rural Development and Poverty Eradication (AMRDPE)**. Disponível em <http://www.aseansec.org/19606.htm>. Acesso em 04/05/2010.

DIEZ DE VELASCO, Manuel. **Las Organizaciones Internacionales**. Madrid, Tecnos, 1999 (11ª ed. – 1ª ed. 1977)

GOUVEIA, Jorge Bacelar. **Organizações Internacionais, Textos Fundamentais**. Coimbra: Ed. Almeida, 1995 (2º ed.).

HERZ, Mônica; HOFFMAN, Andréa Ribeiro. **Organizações Internacionais: história e práticas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

KEOHANE, Robert O.; MARTIN, Lisa L. The Promise of institutionalist Theory. In: BROWN, Michael; et al. *Theories of War and Peace*. Cambridge (Mass.), MIT Press, 2000.

MAGNOLI, Demetrio. **Relações Internacionais – teoria e história**, São Paulo, Ed. Saraiva, 2006 (1º ed.).

MENEZES, Alfredo da Mota; PENNA FILHO, Pio. **Integração Regional: Blocos econômicos nas Relações Internacionais**. Rio de Janeiro, Campus/Elsevier, 2006.

MISSAO DA LIGA DOS ESTADOS ARABES NO BRASIL. **Liga dos Estados Árabes Trinta anos de Serviço ao Mundo Árabe e a causa da Paz e da Humanidade**. Brasília 1975.

MISSAO DA LIGA DOS ESTADOS ARABES NO BRASIL. **Sionismo**. Brasília 1975.

MISSAO DA LIGA DOS ESTADOS ARABES NO BRASIL **A Quarta Guerra Afro-israelense**. Brasília 1975.

**II Seminário de Pesquisa Interdisciplinar
Sustentabilidade e Gestão Estratégica
Universidade do Sul de Santa Catarina, SC, Brasil, 18, 19 e 20 de maio de 2010**

OLIVEIRA, Henrique Altemani de; LESSA, Antonio Carlos. **Política Internacional Contemporânea -mundo em transformação**. São Paulo: Ed. Saraiva, 2006 (1º ed.).

OLIVEIRA, Henrique Altemani. "Os Blocos Asiáticos e o Relacionamento Brasil-Ásia". **São Paulo em Perspectiva**, 16 (1): 114-124, Jan-Mar. 2002.

OSCE. **Environmental activities**. Disponível em <http://www.osce.org/activities/13040.html>. Acesso em 06/05/2010.

SEITENFUS, Ricardo. **Manual das Organizações Internacionais**. Porto Alegre: Ed. dos Advogados, 2000. (2a ed.).